



128
E

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Apelação Cível nº 0333428-5

Apelante: Município de Vitória de Santo Antão.

Advogado: Daniel Holanda de Oliveira.

Apelado: Márcia Valquíria de Souza Oliveira.

Advogado: Vanessa Maria dos Santos.

RELATOR: Des. José Ivo de Paula Guimarães.

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO CÍVEL. COBRANÇA. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA REJEITADA. CONTRATO TEMPORÁRIO. DIREITO A FÉRIAS E DÉCIMO TERCEIRO. RESTITUIÇÃO DE INDÉBITO PREVIDENCIÁRIO. DIREITOS CONSTITUCIONALMENTE PREVISTOS. RECURSO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1. O Município demandado foi o responsável pelo lançamento indevido do desconto na folha de pagamento da autora, vez que esta já contribuía perante o INSS (Regime Geral de Previdência Social) e, sendo assim, não poderia contribuir com o VITORIAPREV (Regime Próprio de Previdência Social), destinado a segurar, exclusivamente, os servidores efetivos do Município. Assim, deve ser reconhecida a legitimidade passiva do Município de Vitória de Santo Antão.
2. No presente caso, autora fora admitida para exercer a função de Auxiliar Administrativo, função esta que não se amolda às hipóteses de excepcionalidade, pelo que o contrato ora em comento deve ser considerado nulo, não podendo gerar quaisquer efeitos que não a retribuição pecuniária dos dias trabalhados. Ocorre que, embora a supramencionada função não se amolde à hipótese de situação de excepcionalidade, o certo é que não pode o Município demandado se locupletar de sua própria torpeza, beneficiando-se indevidamente da força de trabalho de seus servidores, de modo que, restando incontroversa a prestação de serviço pela apelada à Municipalidade, não de ser observado o contido no art. 7º, incisos VIII e XVII, da CF/88, ao contrato administrativo de trabalho temporário firmado.
3. A jurisprudência deste Egrégio TJPE é pacífica acerca do tema, devendo a recorrida ser indenizada no pagamento



129
2

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

- de, apenas, férias acrescidas do terço constitucional e do 13º salário, com os devidos descontos.
4. No que tange ao termo inicial dos juros moratórios, de acordo com a Súmula 69/TJPE, ela ocorrerá a partir da citação.
 5. Recurso improvido. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da Apelação Cível nº 0333428-5, acordam os Desembargadores que integram a Segunda Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em sessão realizada no dia 29/05/2014, à unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, na conformidade dos votos e do relatório proferidos neste julgamento.

P.I.

Recife, 29/05/2014.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



123
10.

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Apelação Cível nº 0333428-5

Apelante: Município de Vitória de Santo Antão.

Advogado: Daniel Holanda de Oliveira.

Apelado: Márcia Valquíria de Souza Oliveira.

Advogado: Vanessa Maria dos Santos.

RELATOR: Des. José Ivo de Paula Guimarães.

RELATÓRIO

Trata-se de Apelação Cível interposta em face de sentença proferida nos autos da Ação Ordinária de Cobrança movida por Márcia Valquíria de Souza Oliveira contra o Município de Vitória de Santo Antão e do Instituto Vitoriaprev, feito tombado sob o nº 0001192-54.2010.8.17.1590, cuja sentença julgou parcialmente procedentes os pedidos para condenar o Município demandado a pagar à autora 13º integral do ano de 2008 e 13º proporcional (1/12) relativo a 2009, além das férias referentes ao ano de 2008 e proporcionais (1/12), acrescidos do terço constitucional, mais salário integral do mês de dezembro de 2008 e proporcional (1/12) referente a janeiro de 2009, observada a prescrição quinquenal.

Em suas razões (fls.92/100), sustenta o Município apelante, em preliminar, a sua ilegitimidade passiva para figurar no polo passivo da presente demanda.

No mérito, aduz a impossibilidade de reconhecimento do direito da autora às verbas relativas às férias e 13º salário por ausência de previsão legal, afirmando, ainda, que não são devidas as verbas referentes aos anos de 2008 a 2009, vez que, de acordo Decreto nº 93/2008-A, o contrato administrativo em questão teria sido rescindido em 2008.

Defende, ao final, a aplicação dos juros moratórios a partir do trânsito em julgado, nos termos da súmula 188, e não a partir da citação, como entendeu o Magistrado *a quo*.

Requer o total provimento do apelo para a reforma da sentença recorrida, julgando-se inteiramente improcedentes os pedidos iniciais.

Sem contrarrazões, conforme certidão de fl. 140 v.



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Cota Ministerial de não intervenção às fls. 117/120.

É o relatório. Inclua-se em pauta.

Recife, 10/05/2014.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relatório



130
6

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Apelação Cível nº 0333428-5

Apelante: Município de Vitória de Santo Antão.

Advogado: Daniel Holanda de Oliveira.

Apelado: Márcia Valquíria de Souza Oliveira.

Advogado: Vanessa Maria dos Santos.

RELATOR: Des. José Ivo de Paula Guimarães.

VOTO

Versa a presente lide sobre a percepção de verbas salariais pela prestação de serviço temporário prestado pela autora, que exerceu a função de Auxiliar Administrativo para o Município demandado, bem como a cobrança de descontos previdenciários efetuados indevidamente.

De início, considero que não merece acolhida a preliminar de ilegitimidade passiva do Município demandado. Isso porque o Município foi o responsável pelo lançamento indevido do desconto na folha de pagamento da autora, vez que esta já contribuía perante o INSS (Regime Geral de Previdência Social) e, sendo assim, não poderia contribuir com o VITÓRIAPREV (Regime Próprio de Previdência Social), destinado a segurar, exclusivamente, os servidores efetivos do Município.

Neste sentido:

APELAÇÃO CÍVEL. DESCONTOS PREVIDENCIÁRIOS INDEVIDOS. LEGITIMIDADE PASSIVA DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO. PREJUDICIAL DE MÉRITO DA PRESCRIÇÃO NÃO ACOLHIDA. CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO. DIREITO À PERCEPÇÃO DAS FÉRIAS E DO 13º SALÁRIO. VERBA HONORÁRIA MANTIDA. APELO IMPROVIDO.

1. De proêmio, rejeitou-se a alegação de ilegitimidade passiva arguida pelo Município apelante. Com efeito, da análise dos autos, evidencia-se que o Município de Vitória de Santo Antão promoveu, a título de contribuição à VITÓRIAPREV (autarquia municipal responsável pelo sistema previdenciário ao qual se submetem, exclusivamente, os servidores efetivos), descontos previdenciários indevidos, uma vez que a servidora contratada contribuía regularmente para com o Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

2. Afastada, também, a arguição de prescrição, porquanto não se trata de ação de reparação civil regida pelo art. 206, § 3º, V, do Código Civil.



131
e

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

3. *Este Tribunal - por ocasião do enfrentamento da questão atinente ao direito do trabalhador contratado ao gozo de férias e à percepção de décimo terceiro salário - tem anotado a irrelevância do debate suscitado acerca da natureza do vínculo havido entre o servidor temporário e a pessoa jurídica de direito público contratante.*

4. *Deveras, essa discussão não obsta o direito do trabalhador ao recebimento de verbas pleiteadas em razão de serviços efetivamente prestados. Precedentes citados.*

5. *Mantida a verba honorária fixada em primeiro grau, arbitrada em harmonia com o juízo equitativo a que se reporta o art. 20, § 4º, do CPC*

6. *Apelo improvido.¹*

(Negritou-se)

ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA REJEITADA. RESTITUIÇÃO DE DESCONTOS PREVIDENCIÁRIOS. VERBAS SALARIAIS DEVIDAS DECORRENTES DE CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO.

1. Rejeito a preliminar de ilegitimidade passiva do Município ora agravante, pois, o referido ente federado foi o responsável pelo lançamento indevido dos descontos na folha de pagamento, o ora agravado já contribuía junto ao INSS, visto que vinculado ao RGPS e não ao RPPS destinado, exclusivamente aos servidores efetivos do Município, segundo preceituam os arts. 5º ao 8º da Lei Municipal nº 3.188 /2006.

2. *Diante disso, observo que o contratado, de fato possuía relação de natureza precária, sob a forma de contrato administrativo com fundamento no art. 37, IX, da CF/88 e a Lei nº 2.861 /2001 com o Município, devendo, por isso, apenas contribuir para o regime geral de previdência social, conforme estabelece o art. 40, § 13, da Carta Magna.*

3. *O contrato de trabalho por tempo determinado estar previsto no art. 37, inc. IX, da CF/88.*

4. *Correta, portanto, a prestação jurisdicional que reconheceu em favor do ora agravado o direito de receber os salários devidos e não pagos decorrentes do exercício regular de suas funções.*

¹ **TJPE**, APL 21698020098171590 PE 0002169-80.2009.8.17.1590. Rel. Francisco José dos Anjos Bandeira de Mello. Julgamento: 12/01/2012. 8ª Câmara Cível. Publicação: 19/2012.



132
e

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

5. Recurso de agravo improvido unanimemente.²

(Negritou-se).

Afasto, portanto, a presente preliminar, e avalio o mérito.

Acerca do tema posto em questão, é cediço que a Constituição Federal de 1988 prevê as forma de ingresso definitivo no serviço público dispondo, em seu art. 37, II, que

A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

Por outro lado, como exceção à regra estabelecida no supracitado art. 37, II, da CF/88, prevê, o inciso IX do mesmo preceito, *que a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.*

Desse modo, observa-se que o regime jurídico que regula a relação funcional acordada entre a contratada e a Administração Pública contratante por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público deve ser estabelecido em lei e que, seja qual for o conjunto de direitos, deveres e responsabilidades firmadas, esta relação será sempre de direito público, disciplinadas, portanto, pelas regras e princípios do direito administrativo.

Percebe-se, portanto, que o vínculo estabelecido entre o apelante e a apelada tem natureza jurídico-administrativa, duração temporária, submetendo-se a regime específico e não celetista.

No presente caso, conforme já ressaltado, a autora fora admitida para exercer a função de Auxiliar Administrativo, função esta que não se amolda às hipóteses de situação de excepcionalidade, pelo que o

² **TJPE**, AGV 2405878 PE 0009014-77.2011.8.17.0000. Rel.: Ricardo de Oliveira Paes Barreto. Julgamento: 21/07/2011. 8ª Câmara Cível. Publicação: 139/2011.



133
B

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

contrato ora em comento deve ser considerado nulo, não podendo gerar quaisquer efeitos que não a retribuição pecuniária dos dias trabalhados.

Neste sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. CONCURSO PÚBLICO. INOBSERVÂNCIA. NULIDADE DO CONTRATO DE TRABALHO. EFEITOS. SALDO DE SALÁRIO. 1. Após a Constituição do Brasil de 1988, é nula a contratação para a investidura em cargo ou emprego público sem prévia aprovação em concurso público. Tal contratação não gera efeitos trabalhistas, salvo o pagamento do saldo de salários dos dias efetivamente trabalhados, sob pena de enriquecimento sem causa do Poder Público. Precedentes.³ (Destacou-se)

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONTRATAÇÃO DE EMPREGADO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA SEM A PRÉVIA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO. NULIDADE. SALDO DE SALÁRIOS PELOS DIAS TRABALHADOS. FGTS. INOVAÇÃO. Após a Carta Magna de 1988, é nula a contratação de empregado para a investidura em cargo ou emprego público sem prévia aprovação em concurso público. Tal contrato não gera efeitos trabalhistas, salvo o pagamento dos salários pelos dias efetivamente trabalhados. Neste sentido: AI 322.524-AgR, Rel. Min. Celso de Mello; AI 361.878-AgR, Rel. Min. Sepúlveda Pertence; AI 233.108-AgR, Rel. Min. Março Aurélio; e AI 372.551-AgR, Rel. Min. Gilmar Mendes.⁴ (Destacou-se).

EMENTA: 1. Recurso extraordinário: descabimento: questão relativa à legitimidade do Ministério Público para recorrer nos processos em que atue tanto como parte quanto fiscal da lei, decidida com base na LC 75/95: alegada violação ao texto constitucional que, se houvesse, seria reflexa ou indireta: incidência, mutatis mutandis, da Súmula 636. 2. Recurso extraordinário trabalhista: a contratação por órgão da Administração Pública sem a prévia realização de concurso público não gera efeitos trabalhistas, sendo devido apenas o saldo de salários pelos dias efetivamente trabalhados: precedentes da Corte" (AI 273.579-AgR, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, Primeira Turma, DJ 14.10.2005). Não há, pois, o que

³ STF, AI 680.939-AgR, Rel. Min. Eros Grau, Segunda Turma, DJe 1º.2.2008.

⁴ STF, RE 454.409-AgR, Rel. Min. Carlos Britto, Primeira Turma, DJ 16.12.2005.



134
e

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

prover quanto às alegações da parte agravante. 7. Pelo exposto, nego seguimento a este agravo (art. 557, caput, do Código de Processo Civil e art. 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal). Publique-se. Brasília, 3 de agosto de 2009. Ministra CÁRMEN LÚCIA Relatora.⁵ (Destacou-se).

Ocorre que, conquanto a supramencionada função não se amolde à hipótese de situação de excepcionalidade, o certo é que não pode o Município demandado se locupletar de sua própria torpeza, beneficiando-se indevidamente da força de trabalho de seus servidores, de modo que, restando incontroversa a prestação de serviço pela apelada à Municipalidade, há de ser observado o contido no art. 7º, incisos VIII e XVII, da CF/88, ao contrato administrativo de trabalho temporário firmado.

A questão em exame já foi apreciada por esta Colenda Corte de Justiça em várias oportunidades, das quais destaco as ementas abaixo citadas, as quais entenderam pela submissão dos contratos administrativos à Constituição Federal:

EMENTA: CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. CONTRATO ADMINISTRATIVO EM CARÁTER TEMPORÁRIO. FÉRIAS E 13º MÊS.
Considerando o caráter administrativo dos contratos celebrados com apoio no art. 37, IX, da CF, não há se negar a improcedência dos pedidos referentes àquelas parcelas de exclusiva natureza trabalhista. O que, evidentemente, não inclui o 13º mês e férias, constitucionalmente assegurados aos servidores públicos em geral e extensivos àqueles contratados pela administração em caráter temporário. Improvimento da remessa necessária, restando prejudicado o recurso voluntário.⁶

EMENTA: DIREITO DO TRABALHO E CONSTITUCIONAL. APELAÇÃO CÍVEL E RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. CONTRATOS TEMPORÁRIOS REGULARMENTE COMPROVADOS. OBRIGAÇÃO DO MUNICÍPIO AO PAGAMENTO DOS SALÁRIOS COM ADICIONAIS E DEMAIS ENCARGOS TRABALHISTAS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.
Admitida pelo próprio apelante a execução do serviço pelos apelados, não se pode alegar, para se esquivar ao pagamento das

⁵ STF, processo: AI 761776 RS, Julgamento: 03/08/2009. Publicação: DJe-154 DIVULG 17/08/2009 PUBLIC 18/08/2009.

⁶ TJPE, Apelação Cível 36049-0, Relator Márcio Xavier, 5ª Câmara Cível, Data de Julgamento: 15/05/2001.



135
6

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

verbas salariais e encargos trabalhistas, que os contratos não foram precedidos de concurso público, sobretudo quando se trata, na verdade, de contratação temporária para satisfação de excepcional interesse público, nos moldes do art. 37, IX, da CF. Reexame conhecido e improvido à unanimidade, prejudicado o recurso voluntário.⁷

EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO TEMPORÁRIO CELEBRADO PELO ESTADO DE PERNAMBUCO. AGENTE DE SEGURANÇA. DIREITO A FÉRIAS E DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO.

Pelas provas dos autos, restou incontroversa a prestação de serviço pelo apelante ao apelado, através de contrato administrativo de trabalho temporário por necessidade de serviço, regido pela Lei Estadual nº 10.954/1993, com autorização do art. 37, IX, da CF/88, fato aduzido na inicial e não contestado.

A natureza do contrato em discussão era, como reconhecem ambas as partes, de pacto temporário para atendimento de excepcional interesse público, não sendo motivo hábil a afastar do obreiro os direitos constitucionais ao 13º salário e férias acrescidas de um terço.

Precedentes desta Corte.

Recurso de Agravo não provido.

Decisão unânime.⁸

Como se vê, a jurisprudência deste Egrégio TJPE é pacífica acerca do tema, devendo a recorrida ser indenizada no pagamento de, apenas, férias acrescidas do terço constitucional e do 13º salário, com os devidos descontos, não merecendo reparos a sentença recorrida.

Demais disso, restando incontroversa a existência de relação de natureza precária, sob a forma de contrato administrativo com fundamento no art. 37, IX, da CF/88, deveria a autora, por isso, contribuir apenas para o regime geral de previdência social, conforme estabelece o art. 40, §13, da Magna Carta, razão pela qual considero escorreita a condenação do demandado à restituição dos valores correspondentes aos descontos previdenciários indevidos.

⁷ **TJPE**, Apelação Cível 61098-2, Relator Luiz Carlos Figueiredo, 7ª Câmara Cível, Data de Julgamento: 22/08/2006.

⁸ **TJPE**, RA 0176892-5/01, Rel. Des. Fernando Cerqueira Noberto dos Santos, 7ª Câmara Cível. Data de Julgamento: 17/02/2009.



136
2

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Ressalte-se, ainda, que o Decreto nº 93/2008-A não é prova suficiente da rescisão do contrato de trabalho da autora, que pode ter continuado a exercer as suas atividades laborativas mesmo após o advento do referido instrumento infralegal.

No que tange ao termo inicial dos juros moratórios, de acordo com a Súmula 69/TJPE, ela ocorrerá a partir da citação. Neste sentido:

RECURSO DE AGRAVO. PLEITO DE REFORMA DE DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE COBRANÇA DE SALÁRIO. JUROS DE MORA. PERCENTUAL DE 1% A.M. NATUREZA ALIMENTAR DO DÉBITO. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.180-35/2001. NÃO INCIDÊNCIA. ENTENDIMENTO DOMINANTE NESTA CORTE DE JUSTIÇA. APLICAÇÃO DA SÚMULA 69 DO TJ/PE. RECURSO DE AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. A discussão acerca da aplicação dos juros de mora para ações ajuizadas contra a Fazenda Pública antes da edição da Medida Provisória n.º 2.180/01, de 24 de agosto de 2001, não comporta maiores discussões, posto estar há muito pacificado na âmbito dos Tribunais Superiores.

2. Apenas com a edição da Medida Provisória n.º 2.180/01, que inseriu o artigo 1º-F na Lei Federal n.º 9.494, de 10 de setembro de 1997, foi que o percentual de juros de mora restou limitado ao patamar de 0,5% ao mês ou de 6% ao ano.

3. Trouxe o Município agravante entendimento minoritário, que não reflete, em absoluto, o entendimento consolidado pelo STJ.

4. Por outro lado, em pese defender a municipalidade burla ao princípio da estrita legalidade administrativa, tal não ocorre, posto que os princípios não podem ser subsumidos de forma absoluta, como no caso em tela.

5. O próprio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco fez editar a súmula 69, na qual restou consignada que 'na condenação da Fazenda Pública do pagamento de verbas remuneratórias devidas a servidores e empregados públicos, incidem juros moratórios, a partir da citação, no percentual de 1% ao mês, nas ações ajuizadas até a entrada em vigor do art. 1º-F da Lei 9.494 /97, com redação dada pela MP nº



137
0

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

2.180/2001, em 24/08/2001, sendo aplicável dali em diante, o percentual de 6% ao ano'.

6. À unanimidade de votos, negou-se provimento ao presente recurso.⁹

(Negritou-se)

Diante do exposto, voto pelo improvimento do apelo, com a manutenção da sentença recorrida em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 29/05/2014.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator

⁹ TJPE, AGV 2272457 PE 0021924-73.2010.8.17.0000. Rel. Luiz Carlos Figueirêdo. Julgamento: 30/11/2010. 7ª Câmara Cível.